

Esforço federativo

17 JAN 1994

POREIO-BRAZILENSE

Os tempos estão tumultuados e difíceis no campo da economia no Brasil. Todo o mundo sabe, participa e se assusta com os seguidos abalos ocorridos aqui, depois que a economia asiática entrou em crise e o russos declararam moratória. Vários países passaram por momentos delicados, em tempos recentes, e conseguiram encontrar a saída para seus desacertos financeiros.

Mas o momento é, antes de mais nada, especial na condução dos negócios da União e dos estados. O pacto federativo está sendo reescrito por governadores no seu diálogo com o presidente da República e o ministro da Fazenda. Vários deles pedem renegociação das dívidas, sugerem redução nas taxas de juros, mas sobre todos paira a necessidade de realizar o ajuste fiscal no nível estadual. Essa é a regra que permeia todo o momento político.

O Congresso Nacional, aliás, demonstrou estar perfeitamente sintonizado com a extensão e a profundidade da crise. Os deputados e senadores, que são guiados por sensores políticos, votaram favoravelmente às medidas provisórias encaminhadas pelo governo no esforço de realização do ajuste fiscal. Todos percebem que o país está sob forte ataque especulativo. Por essa razão o governo federal foi obrigado a assumir providências que defendam as reservas, sinalizem uma queda de juros e insinuem a retomada do desenvolvimento.

O momento é de verba curta. A luta é para que cesse, no menor prazo possível, a onda de desemprego e que as empresas encontrem espaço para crescer. É, também, o momento em que os governadores devem dar exemplos de austeridade e contenção dos gastos públicos. O Governo do Distrito Federal, que re-

centemente reduziu a carga previdenciária de seus funcionários e se prepara para anunciar o aumento de 28% de salários, precisa estar conectado com a maré montante da política nacional.

Todos desejam que o governante, além de cumprir promessas de campanha, proporcione melhores condições aos brasilienses. A questão é a oportunidade. Caso o governador considere politicamente necessário conceder, agora, o aumento aos funcionários do GDF, deve se certificar que não ficará com o caixa debilitado para honrar débitos nos próximos meses. O governo anterior concedeu um precipitado aumento de salários, logo ao início de sua administração, e se viu em dificuldades para pagar o décimo-terceiro dos servidores.

Atos e fatos produzidos em Brasília têm, normalmente, grande repercussão. Neste instante, os governos estaduais estão tentando reduzir despesas para garantir o pagamento, no todo ou em parte, de seus débitos com a União e com credores estrangeiros. Sinalizar o contrário, na Capital da República, é caminhar na contramão das políticas correntes. Seria constrangedor que na cidade onde vive o presidente da República os procedimentos oficiais do governo local fossem contrários àqueles pretendidos pelo Palácio do Planalto.

Se o ajuste for feito em toda extensão e na profundidade necessária, as finanças estaduais, assim como o cofre federal, deverão se recompor. Quanto mais rápido forem efetivadas as mudanças, mais cedo o Brasil, os estados e o Distrito Federal sairão da atual situação de constrangimento financeiro. O momento é de auxiliar o governo central a restabelecer a credibilidade nacional e junto com ela de todas as unidades da Federação.